

= DECRETO N° 652 =

O Senhor José Geraldo Alves, Prefeito Municipal de Lorena, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando a necessidade de disciplinar os benefícios concedidos pela Lei n° 762 que criou as casas populares;

Considerando que tais benefícios, representando um grande alcance social, atinge principalmente as classes menos favorecidas;

Considerando que tais construções não representando obras caras e luxuosas, devem encontrar-se em perfeita sintonia com os valores dos terrenos sobre os quais serão edificadas,

Decreta:

Art. 1º - Fica criado, dentro do perímetro urbano determinado pela Lei 499, de 13-7-65, o zoneamento permitido para a edificação de casas populares.

Art. 2º - Serão permitidas as construções de casas populares nas seguintes áreas abaixo descritas:

1- começando na Rodovia Presidente Dutra, a área compreendida pela rua Santa Rita de Cassia, parte da avenida 7 de setembro, rua Diagui, Avenida Marechal Régis, rua 6 (Vila Geni), rua Juvenino de Aquino, rua 2 (Vila Nunes) até atingir a rodovia Lorena - Itapubá e por esta até alcançar a rodovia Presidente Dutra, em seu ponto inicial

2- começando na parte final da rua prof. Francisco Presidente de Aquino, rua Luiz Salomão e parte da rua Monte Libano, todo a área situada dentro do perímetro urbano.

3- começando na rua 10 (Vila São Roque), atravessa os Trilhos da R.F.F. - Estrada de Ferro Central do Brasil alcançando a rua Monte Claro, rua Joaquim Claro,

rua Da. Hortencia de Campos Mello, rua Guianaizes, rua Veneciano Bráz, até atingir a rua. Gárd, e daí pela Linha do perímetro urbano até alcançar o ponto inicial na rua R. da Vila São Roque.

4. começando na parte final da rua Coronel José Vicente até alcançar o começo da estrada municipal de Santa Terezinha até a rua Monteiro Lobato, parte da rua Carlos Gomes, rua B (Vila Santa Maria) e por esta mesma rua até alcançar a rodovia Presidente Dutra.

Art. 3º - Todo e qualquer terreno situado dentro das zonas acima descritas mas que tenham frente para avenidas está excluído do benefício do presente Decreto.

Art. 4º - Fica proibido o rebocoamento do imóvel existente para a construção de casas populares.

Só é nôico - exceptuam-se os imóveis desdoblados e devidamente legalizados anteriores à data da publicação do presente Decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

G.M. de Sorocaba, 28 de julho de 1970

= Prefeito Municipal:

Registrado no livro próprio de Divisões do Expediente e publicado no Paço Municipal, aos 28 de julho de 1970.

Manoel Matheus

= Chefe da Div. do Expediente -
substituto

Obs. No item 3 do art. 2º do presente Decreto, onde está escrito "rua monte Claro, rua Joaquim Claro" Leia-se "Rua Joaquim Leão monte Claro"

= Prefeito Municipal: